

—GOVERNO—
Política

ANC

O senador Fernando Henrique quer anular o decreto de Sarney que cria a Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional: "É uma forma de burlar a Constituinte".

Sarney, driblando a Constituinte?

"Esse decreto é um golpe branco contra a Constituinte" — reagiu ontem o líder do PSDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, referindo-se ao decreto administrativo do presidente Sarney, criando a Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden) para substituir a secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional, extinto pela nova Constituição, que institui em seu lugar o Conselho de Defesa Nacional. O decreto foi baixado exatamente uma semana antes da promulgação da nova Carta — e foi isso que indignou Fernando Henrique, que já anuncia a apresentação de um projeto de decreto legislativo para anular os efeitos do ato de Sarney.

Fernando Henrique, porém, afirma que nem ele nem os parlamentares são contra a criação de uma secretaria para esse novo conselho. Apenas não concordam que isso seja feito às vésperas da promulgação da Constituição e através de um decreto administrativo, quando poderia ser feito através de um projeto de lei. "Isso é uma tentativa de burlar a Constituição", alegou o senador, depois de pedir providências da parte dos presidentes do Senado, Humberto Lucena, e da Câmara, Ulysses Guimarães. "Essa é mais uma insolência do consultor-geral da República", acrescentou Fernando Henrique, reagindo às declarações de Saulo Ramos de que havia "reconstituído o que fora desconstituído".

A Saden já teve sua criação oficializada através do Diário Oficial da União, em sua edição de ontem, e estreou recebendo um reforço orçamentário de Cz\$ 4 bilhões, para apoio a projetos em ciência e tecnologia — na verdade, um dos artifícios que os serviços de segurança do governo encontram para não revelar projetos secretos. O decreto presidencial foi preparado por Saulo Ramos, para impedir que a Constituição extinga também a secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional a partir de 5 de outubro.

De fato, Ramos considera a Saden uma primeira vitória do Executivo sobre medidas que os constituintes aprovaram contrariando os desejos do Planalto. O ministro do Gabinete Militar, general Bayma Denys, que continuará à frente da nova secretaria — como fazia antes com o Conselho —, justifica o decreto como "imprescindível", para continuar tendo assessoria em algumas questões de segurança nacional.

Na prática, Sarney continuará a ter seu Conselho de Segurança e o ministro Denys, a estrutura que vem comandando pessoalmente desde o início do governo. As dotações orçamentárias quase sempre recebem títulos fantasmas para encobrir programas "de ordem de segurança". Atualmente, o Conselho pleiteia uma dotação de Cz\$ 25 bilhões, ainda não autorizada pela Comissão Mista do Congresso, por falta de justificativa. Segundo o porta-voz da Presidência, Carlos Henrique, a rubrica de Cz\$ 25 bilhões será destinada "à pesquisa e ao desenvolvimento na área de energia nuclear".

Apesar da indignação de Fernando Henrique com a criação de um novo órgão para substituir outro prestes a ser extinto, o presidente do Senado, Humberto Lucena, acredita que "houve apenas um equívoco" do Planalto ao baixar o decreto. Para ele, Sarney procurou apenas regulamentar a criação da secretaria que vai auxiliar o futuro Conselho de Defesa Nacional.